

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2023, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1.ª Parte:

Apresentação de cumprimentos por parte de uma delegação da Comissão Parlamentar de Assuntos Exteriores, da Defesa Nacional, dos Assuntos Islâmicos e dos Marroquinos Residentes no Estrangeiro.

2.ª Parte:

1. Informações gerais

2. Aprovação de redação final das seguintes iniciativas:

- Projeto de Resolução n.º 290/15 (PS): Recomenda ao Governo que reforce o Ensino de Português no Estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos
- Projeto de Resolução n.º 298/XV (PAN): Condenação da violação dos direitos humanos no Catar.

3. Apresentação, discussão e votação do Parecer sobre a [Proposta de Resolução n.º 05/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Acordo Suplementar ao Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à criação da Unidade Operacional de Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, assinado em Lisboa, em 26 de julho de 2021

Deputado Relator: André Coelho de Lima (PSD)

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

4. Apresentação, discussão e votação do Parecer sobre a [Proposta de Resolução n.º 06/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Acordo de Proteção dos Investimentos entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República Socialista do Vietname.

Deputado Relator: Diogo Pacheco de Amorim (CH)

5. Apresentação, discussão e votação do Parecer sobre [Projeto de Lei n.º 516/XV/1.ª \(PS\)](#) - Segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, para conhecimento.

Deputado Relator: António Maló de Abreu (PSD)

6. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 302/XV/1.ª \(PS, PSD, IL, BE, PAN, L\)](#) - Contra os atos de violência sexual cometidos no quadro do conflito armado na Ucrânia.

7. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 337/XV/1ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que apoie as iniciativas internacionais que visem condenar o Afeganistão pelas decisões que impedem as meninas, raparigas e mulheres de frequentar o ensino médio e o ensino superior e apelar à respetiva revogação, e que adote medidas que promovam a integração da meninas, raparigas e mulheres afegãs em instituições de ensino nacionais

8. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 375/XV/1ª \(CH\)](#) - Inclusão do Ensino História de Portugal no Estrangeiro para Crianças e Jovens Portugueses e Lusodescendentes.

9. Apresentação, discussão e votação dos seguintes Projetos de Voto:

[n.º 203/XV/1.ª \(IL\)](#) - De solidariedade com os manifestantes pela liberdade na República Popular da China.

[n.º 233/XV/1.ª \(CH\)](#) - De condenação à postura e atuação da extrema-esquerda peruana no conflito político instalado naquele país sul-americano.

[n.º 237/XV/1.ª \(CH\)](#) - De pesar pela morte do Padre Isaac Achi, brutalmente assassinado na Nigéria.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

10. Distribuição e nomeação de relatores das seguintes iniciativas legislativas:

[Proposta de Resolução n.º 07/XV/1.ª](#) - Aprova o Acordo entre Portugal e Espanha relativo à Pesca no Troço Internacional do Rio Minho

[Proposta de Resolução n.º 08/XV/1.ª](#) - Aprova as Emendas de 2018 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho

[Proposta de Resolução n.º 09/XV/1.ª](#) - Aprova o acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia

[Proposta de Resolução n.º 10/XV/1.ª](#) - Aprova as Emendas de 2014 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho

[Projeto de Lei n.º 577/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Alarga as competências e reforça o apoio ao funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas (Segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro)

[Projeto de Lei n.º 587/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Reforça as competências do Conselho das Comunidades Portuguesas e os direitos dos respetivos conselheiros, alterando a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro

[Projeto de Lei n.º 589/XV/1.ª \(CH\)](#) - Altera a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas

Nota:

11. Baixaram à Comissão, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do RAR, os seguintes Projetos de Resolução:

- [n.º 465/XV \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias para a regularização dos Serviços Consulares, Embaixadas e Missões Diplomáticas de Portugal no Estrangeiro.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

- [n.º 467/XV \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que apoie o processo de constituição de um tribunal penal especial para investigar e julgar os crimes de guerra perpetrados pela Rússia na invasão da Ucrânia.
- [n.º 468/XV \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que condene o ecocídio provocado pela Rússia na Ucrânia e que apoie as iniciativas internacionais tendentes a assegurar a reparação da destruição ambiental provocada.

12. Aprovação da Ata n.º 37, de 14 de fevereiro de 2023

13. Outros assuntos

1.ª Parte

Iniciada a sessão, dirigida pela vice-Presidente da Mesa, Deputada Olga Silvestre, foi recebida em Comissão uma delegação da Comissão Permanente de Assuntos Exteriores, da Defesa Nacional, dos Assuntos Islâmicos e dos Marroquinos Residentes no Estrangeiro do Parlamento de Marrocos, liderada pela sua Presidente, Senhora Nadia Bouiada, a qual integrava, ainda, os Deputados da mesma Comissão, a saber, a Senhora Nadia El Kansouri, e o Senhor Sidi Salah Idrissi. Acompanhou a delegação o Embaixador do Reino de Marrocos em Lisboa, Senhor Othmane Bahnini, bem como o Primeiro Conselheiro, senhor Yassin Khatib.

Na ocasião, após as boas-vindas, a entidade convidada agradeceu a oportunidade de poder comparecer perante a Comissão homóloga do Parlamento português, manifestando o desejo de que assim possa dar-se início a uma nova era de aproximação e aprofundamento do relacionamento bilateral. De seguida, apresentou os restantes elementos da comitiva.

Seguidamente, intervieram os Deputados Tiago Moreira de Sá (PSD) que relevou a importância da visita; Romualda Fernandes (PS) que salientou a abertura conferida por esta visita no sentido do aprofundamento das relações parlamentares entre os dois países; e Diogo Pacheco de Amorim (CH) para agradecer a visita da delegação.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

A reunião foi interrompida para as tradicionais fotografias de grupo e subsequentes despedidas, tendo a delegação marroquina seguido para uma curta visita ao Palácio de São Bento.

2.ª Parte

Retomada a reunião e no âmbito do **Ponto 1.** da OD que:

- No próximo dia 7, pelas 12.30 horas, terá lugar o almoço na residência do Embaixador de Israel, tendo solicitado que os eventuais interessados em participar se inscrevessem junto da equipa de apoio à Comissão.
- Tendo sido recebida a solicitada listagem dos Embaixadores de Portugal recém-nomeados, e tendo a mesma sido distribuída pelos serviços, deve a Comissão indicar quais os embaixadores a ouvir, o que deverá ser feito, após reflexão dos deputados, na próxima reunião da Comissão.

No **Ponto 2.**, a Presidente da Mesa procedeu à leitura dos projetos de redação final assinalados em título, os quais foram sucessivamente submetidos a votação. Assim, a redação sugerida para o PJR n.º 290/XV foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes IL, BE e PCP. No caso do PJR n.º 298/XV, foi a mesma aprovada por maioria, com votos favoráveis de PS e CH e abstenção do PSD. Estiveram ausentes IL, BE e PCP.

Passados ao **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado André Coelho Lima (PSD) para apresentação do seu parecer, [consultável aqui](#). Sumariamente, chamou a atenção para o facto de esta unidade já existir desde 2014, sendo que através do presente instrumento passa a adquirir um estatuto institucionalmente majorado, fundamental para a prossecução da sua atividade, essencialmente relacionado com o auxílio tecnológico e de governança eletrónica a países em vias de desenvolvimento. Sublinhou o facto de existir uma relação de grande proximidade com a Universidade do Minho, pese embora não exista qualquer tipo de dependência hierárquica ou funcional. Concluiu que a iniciativa reunia condições para subir a Plenário, e que deve ser valorizada pelo Estado, até por se tratar de uma unidade exclusiva na Península Ibérica.

Intervieram seguidamente os Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

Paulo Pisco (PS), para agradecer a apresentação e relevar a importância desta entidade e deste instrumento, que constitui, igualmente, um fator de descentralização, matéria que é cara ao PS.

Não se tendo registado outras intervenções, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de IL, PCP e BE.

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Deputado Diogo Pacheco de Amorim para apresentação da iniciativa acima titulada, [consultável aqui](#). Procedeu a um curto enquadramento histórico e temático da matéria tratada na iniciativa, tendo concluído estar a mesma em condições de ascender a sessão plenária para os fins regimentais aplicáveis. Intervieram os Deputados Tiago Moreira de Sá (PSD) e Paulo Pisco (PS), para agradecerem o trabalho despendido.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de IL, PCP e BE.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado António Maló de Abreu (PSD) para apresentação do seu parecer relativo à iniciativa acima titulada, cujo teor pode ser integralmente consultado [aqui](#). Começou por enquadrar o âmbito e objetivos das medidas projetadas, tendo remetido para o teor da Nota Técnica todos os antecedentes históricos e normativos desta temática. Declinou emitir opinião pessoal acerca do mérito do projeto, tendo remetido a mesma para o momento da realização de discussão plenária. E concluiu que a iniciativa reunia condições para ascender a Plenário, para os fins regimentais aplicáveis.

Na discussão, intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Pisco (PS), para agradecer o trabalho realizado, factual e objetivo. Após relembrar que a presente matéria iria ser discutida em Plenário já na próxima sexta-feira, sublinhou o facto de o universo eleitoral do Conselho se alargou brutalmente, impondo especiais cuidados em matéria de representatividade. Defendeu que as soluções a dotar devem pautar-se pelo equilíbrio, sem olvidar que o Conselho das Comunidades é um órgão de consulta do Governo e não um órgão de soberania, motivo pelo qual algumas das propostas substantivas do Conselho nunca poderiam ser aceites _ por exemplo, o assento por inerência nas Comissões Parlamentares Permanentes _, por falta de sustentação



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

constitucional. Sublinhou a bondade das propostas apresentadas pelo PAN e criticou pela negativa as apresentadas pelo PCP e CH. Terminou, sublinhando que a natureza do Conselho, deve sempre sair preservada do presente procedimento legislativo.

Diogo Pacheco de Amorim (CH), para agradecer o trabalho realizado e anunciar que o seu partido se pronunciará sobre a matéria aquando da sua discussão e votação na generalidade.

António Maló de abreu (PSD) para, na qualidade de autor do parecer, corresponder aos agradecimentos prestados.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência de IL, PCP e BE.

No **Ponto 6.**, procedeu-se à apresentação e discussão da iniciativa em título, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 128.º do RAR. Para tal efeito, foi concedida a palavra à primeira subscritora da iniciativa, a Deputada Maria Antónia Almeida Santos (PS) que começou por enquadrar as motivações para a apresentação da iniciativa, tendo salientado, com regozijo, a adesão à mesma por parte de quase todos os quadrantes políticos representados no Parlamento. Perante o quadro negro evidenciado nos territórios ucranianos ilegalmente ocupados, lembrou que Portugal tem um compromisso ao nível da preservação dos Direitos Humanos, materializado na prestação de apoio social, médico e jurídico às vítimas. Concluiu, defendendo a necessidade de promover um profundo inquérito internacional sobre esta matéria, a começar pelo registo dos testemunhos das próprias vítimas, hábil a sustentar o posterior apuramento de responsabilidades e a punição dos infratores.

De seguida, intervieram o(a)s seguintes Deputado(a)s:

Olga Silvestre (PSD), para lembrar que também havia subscrito a presente iniciativa. Referiu que embora a matéria em causa atinja diretamente a Rússia, o concerto um dial não pode deixar cair esta questão no esquecimento, pois estamos perante flagrantes violações dos Direitos Humanos. Por seu turno, Portugal deve prestar todo o auxílio possível a estas vítimas, por ser esse o lado certo da história.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

Paulo Pisco (PS), que relembrou estar em causa a comissão não só de crimes de guerra, mas também contra a Humanidade e até de genocídio. Sinalizou que têm vindo a ser coligidas provas e arroladas testemunhas, as quais, a seu tempo, virão a ser utilizadas na esfera judicial que vier a mostrar-se competente, pois perante esta situação não pode prevalecer a impunidade.

Lina Lopes (PSD) que, além de ter sido igualmente subscritora desta iniciativa, é também, vice-presidente do Grupo Parlamentar sobre População e Desenvolvimento, qualidades nas quais entende estarmos perante matéria que não pode cair no esquecimento. Por tal motivo, não poderia deixar de estar presente nesta apresentação.

Inês Sousa Real (PAN) que, na qualidade de co subscritora veio partilhar a experiência de ter participado na Conferência no País Basco, onde as mulheres ucranianas puderam testemunhar de viva-voz a utilização das violações enquanto arma de guerra. Concluiu, referindo que todos devemos apoiar, na medida do que for possível, a reparação das vidas destas mulheres.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) para manifestar que, não sendo embora subscritor desta iniciativa, a apoia inteiramente.

Nada mais tendo sido discutido, vai a iniciativa ser remetida para agendamento em votação em Plenário.

No **Ponto 7.**, procedeu-se à apresentação e discussão da iniciativa em título, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 128.º do RAR. Para tal, foi concedida a palavra à Deputada Inês Sousa Real (PAN) que para o efeito compareceu em Comissão. Começou por enquadrar a situação motivadora da apresentação da iniciativa, tendo salientado o papel que a educação assume enquanto fator potenciador do empoderamento social e político das mulheres, com evidente relevo no caso afegão, conforme, infelizmente, se descreve no texto do Projeto, o qual, fala por si mesmo. Assinalou o decurso, no dia desta discussão, de 528 dias desde que as meninas afegãs deixaram de poder frequentar o ensino secundário, traduzindo uma evidente mentira face ao que o regime talibã havia prometido acerca da matéria, desrespeitando compromissos assim assumidos perante autoridades internacionais. Além de discriminatória relativamente às mulheres, tal postura



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

configura, ainda, flagrante violação dos direitos Humanos, assim justificando o conjunto de recomendações constantes da iniciativa, as quais enumerou e explicou, de forma sucinta. De seguida, intervieram o(a)s seguintes Deputado(a)s:

Olga Silvestre (PSD), para vincar o entendimento de que o direito à educação constitui pilar essencial em qualquer Sociedade, sendo inaceitável que em pleno século XXI existam comunidades que convivam com atitudes profundamente denegatórias de direitos que são fundamentais e básicos para qualquer democracia. E anunciou que votará favoravelmente a iniciativa em Plenário.

Anabela Real (PS), que se solidarizou com a iniciativa, tendo sublinhado o quanto a situação nela descrita encerra de retrocesso social e civilizacional. E concluiu, afirmando que, no seguimento de anterior iniciativa similar em tempo apresentada pelo Livre, irá votar favoravelmente este Projeto em Plenário.

Diogo Pacheco de Amorim (CH), que anunciou a intenção de o CH votar favoravelmente a presente iniciativa em Plenário.

Nada mais tendo sido discutido, vai a iniciativa ser remetida para agendamento em votação em Plenário.

No **Ponto 8.**, procedeu-se à apresentação e discussão da iniciativa em título, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 128.º do RAR. Para tal, foi concedida a palavra ao Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) que começou por enquadrar as motivações para a apresentação da iniciativa. Relembrou as palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros, inclusive em sede de audição perante a Comissão, ao identificar a ligação com as Comunidades Portuguesas enquanto ativo estratégico. Mais referiu que a língua e a história são fatores essenciais ao próprio reforço da identidade nacional e que, como tal, deve merecer apoio.

De seguida, intervieram o(a)s seguintes Deputado(a)s:

Paulo Pisco (PS) que disse compreender a posição do Chega, à luz do seu ideário político. Sinalizou, depois, o entendimento de que a pretensão do chega é inviável, pois o ensino de história de Portugal no estrangeiro equivaleria à criação de um sistema de ensino



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

paralelo ao existente, que é da responsabilidade dos sistemas educativos existentes nos países onde residem e estão inseridos os portugueses residentes na Diáspora. Concluiu, manifestando a sua oposição à presente iniciativa.

Tiago Moreira de Sá (PSD), para sinalizar que o PSD irá votar favoravelmente esta iniciativa em Plenário.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) que, retomando a palavra, agradeceu a participação dos deputados intervenientes, tendo sublinhado que, desde que se reconheça relevância a uma matéria, existem sempre formas de a tornar exequível. Relativamente à posição manifestada pelo PS referiu que a única conclusão a retirar é a de que ao PS não interessa a história de Portugal.

Nada mais tendo sido discutido, vai a iniciativa ser remetida para agendamento em votação em Plenário.

Passados ao **Ponto 9.**, verificando-se a ausência da IL, não foi apresentado o PJV n.º 203/XV, pelo que, de acordo com a prática em uso na comissão, caberá ao proponente solicitar o respetivo agendamento.

No caso do PJV n.º 233/XV, o CH solicitou o adiamento da sua apresentação.

Foi concedida a palavra ao Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) para proceder à apresentação do PJV n.º 237/XV. Começou por referir que, um pouco por todo o mundo, os cristãos são alvo de uma crescente perseguição, de que é exemplo o assassinato deste clérigo.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Paulo Pisco (PS) que referiu estar o projeto construído de forma a contrapor religiões entre si, afastando-se do que deveria ser: uma condenação geral pela intolerância religiosa. Por tal motivo, sugeriu que o CH revisse a fórmula resolutive da iniciativa, criando condições para que o PS pudesse viabilizá-la.

Tiago Moreira de Sá (PSD), para referir que a ideia essencial do projeto, sendo meritória, não prescinde que o texto fosse alterado, pois o PSD não se revê nalgumas expressões e frases dele constantes. Entende que não bastaria apenas a alteração da fórmula resolutive,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

pois o texto é acessível publicamente, mesmo sabendo que apenas aquela parte é publicada em DAR.

Diogo Pacheco de Amorim (CH), para manifestar recetividade ao sugerido pelos anteriores intervenientes. Dado ser necessário chegar a um consenso quanto às alterações a introduzir, solicitou o adiamento da votação.

Neste seguimento, não tendo havido oposição, a Presidente da Mesa adiou a votação que transitou para a reunião seguinte, dando por concluída a respetiva discussão.

No **Ponto 10.**, as iniciativas mencionadas foram distribuídas aos seguintes Deputados:

- PPR n.º 7/XV, Anabela Real (PS);
- PPR n.º 8/XV, Miguel Iglésias (PS);
- PPR n.º 9/XV, terá indicação posterior, devido a ausência do IL;
- PPR n.º 10/XV, terá indicação posterior, devido a ausência do PCP.
- Os 3 Projetos de Lei referenciados em título, dada a identidade temática com os Projetos de Lei números 377/XV e 516/XV, foram arrastados para discussão no Plenário do próximo dia 3 de março. Assim, considerando o hiato temporal em presença, não haverá lugar à sua distribuição nem à elaboração de Nota Técnica. A matéria voltará à agenda da Comissão para discussão na especialidade das iniciativas que vierem a ser aprovadas.

No **Ponto 11.**, foi dado conhecimento à Comissão da baixa à mesma das iniciativas à margem referenciadas. Dada a ausência do PAN, ficou a Deputada única de indicar o procedimento a adotar. Já o CH, pela voz do Deputado Diogo Pacheco de Amorim, indicou que o PJR n.º 465/XV seria discutido em Plenário.

No **Ponto 12.**, foi lida a Ata em título, sobre cujo teor ninguém se pronunciou. Assim, uma vez submetida a votação, a Ata n.º 37 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado as ausências de IL, BE e PCP.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o registo áudio da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata, sendo consultável [aqui](#) (1.ª Parte) e [aqui](#) (2.ª Parte).

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2023,

A PRESIDENTE DA MESA (em exercício)

(Olga Silvestre)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Gil Costa (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
André Coelho Lima (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Inês Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Bruno Dias (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eunice Pratas (PS)
Francisco César (PS)
João Azevedo (PS)
Miguel Iglésias (PS)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 39 / XV / 1.ª SL

Duarte Pacheco (PSD)

Pedro Roque (PSD)

Rodrigo Saraiva (IL)

Isabel Pires (BE)

Bernardo Blanco (IL)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 7 de março de 2023